



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006483-92.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **CLAUDINEI JOSÉ GUIMARÃES**
 Requerido: **Administradora Agrabem Administradora de Consórcio Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter aderido a grupo de consórcio implementado pela ré, realizando o pagamento de parcelas pertinentes.

Alegou ainda que em virtude de dificuldades financeiras deixou de realizar a quitação dos valores restantes, mas como já houve a liquidação integral do grupo faria jus à restituição do montante despendido, devidamente atualizado.

Almeja a tanto, a exemplo do recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A pretensão deduzida não merece acolhimento.

Com efeito, o autor parte de premissa equivocada, vale dizer, que sucedeu a liquidação integral do grupo ao qual aderiu.

Isso não sucedeu ainda, porquanto o prazo de duração do aludido grupo é de cem meses (fl. 60), não tendo reflexo sobre ele a circunstância do autor ter optado em pagar suas cotas em vinte e cinco meses (fl. 60).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Em consequência, estando o grupo ainda ativo, e não tendo havido a contemplação da cota em apreço por sorteio, não faz jus o autor à devolução postulada.

De outra parte, não se vislumbrando nenhuma ilicitude no procedimento da ré, não se cogita igualmente em reparação a seu cargo por supostos danos morais suportados pelo autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**